

Indústria tabagista na contramão da saúde pública

As discussões envolveram troca de experiências e propostas de melhorias

Grandes empresas de cigarro vêm utilizando instâncias como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) para questionar medidas de saúde pública, preconizadas pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), adotadas pelos países que assinaram o acordo. Um dos casos mais recentes é o da Austrália, pioneiro na adoção das embalagens genéricas. Com essa medida, conhecida como *plain packing*, o governo australiano obriga os fabricantes de cigarros a usar um modelo único para os maços, que passam a ter somente uma cor, neutra, e tamanho igual.

A reação da indústria foi imediata. Dentro do país, as empresas entraram com ações judiciais, alegando que a decisão violaria o acordo internacional de propriedade intelectual (conhecido como *Trips*, na sigla em inglês), mas a Suprema Corte australiana deu razão ao governo. Após esse julgamento, a Ucrânia, seguida de outros países, questionou, na OMC, a medida da Austrália. "O próprio ministro do Comércio australiano reconhece que a mão invisível da indústria está por trás disso. Ele declarou que a medida não é anticomércio, e sim, anticâncer", diz Tânia Cavalcante, secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (CONICQ).

Tânia lembra que a situação da Austrália se assemelha ao emblemático caso do Uruguai, que em 2010 foi alvo de uma ação da Philip Morris no Banco Mundial, responsável por julgar violações de acordos bilaterais de comércio e investimento estrangeiro. A empresa, com sede na Suíça, queixava-se do fato de o Uruguai ter aumentado para 80% o espaço das advertências sanitárias nas embalagens de cigarros e proibido variações de marcas. "No Brasil, as empresas usam subtipos de marcas, com cores diferentes, para comunicar a falsa ideia de que algumas são menos nocivas do que outras, já que foi proibido o uso de termos como 'light'", compara Tânia.

A secretária-executiva da CONICQ levou esses e outros casos para serem debatidos numa mesa-redonda que ela presidiu, ao lado do coordenador do Programa de Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (OMS), Douglas Bettcher, no Congresso Mundial de

Câncer. O evento aconteceu em agosto, no Canadá. "Foi uma sessão proposta pelo INCA. O balanço é muito positivo, porque levamos para um congresso de câncer aspectos relacionados a comércio que ameaçam as ações de prevenção da doença por meio da redução do tabagismo", avalia Tânia.



Encontro debate abordagem e tratamento do tabagismo no SUS

Tânia Cavalcante também participou do *I Encontro de Profissionais de Saúde para Abordagem e Tratamento do Tabagismo na Rede SUS*, realizado nos dias 12 e 13 de setembro, no Rio de Janeiro. O evento, de cunho técnico-assistencial, abordou temas diretamente ligados à dinâmica do tratamento, para aprimorar o conhecimento de profissionais de saúde que hoje se deparam com difíceis questões no seu cotidiano de trabalho. As discussões envolveram troca de experiências e propostas de melhorias na rede de tratamento do tabagista.

A pedido do INCA, as Secretarias Estaduais de Saúde indicaram três profissionais que atuam no tratamento do tabagismo na rede de atenção básica, média e de alta complexidade. O único estado não representado foi o Amapá.

No dia 12, foi destacada a importância do encontro como estratégia para fortalecimento da implementação do artigo 14 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que trata da dependência e do abandono do produto. Também foi debatida a necessidade de ampliação das ações de cessação do tabagismo.

O segundo dia do evento foi voltado para oficinas. Os profissionais foram divididos em cinco grupos, para tratar de temas específicos do tratamento do tabagismo em gestantes, adolescentes, pessoas que tiveram recaída, com comorbidades psiquiátricas e hospitalizadas. "O resultado das apresentações produziu um documento consolidado, que contribuirá para futura atualização do modelo de tratamento do tabagista na Rede SUS", explica Vera Borges, da Divisão de Controle do Tabagismo e de Outros Fatores de Risco.

Também representaram o INCA no encontro o coordenador de Prevenção e Vigilância, Claudio Noronha, e Valéria Cunha, da Divisão de Controle do Tabagismo e de Outros Fatores de Risco.



Tânia Cavalcante está à frente da CONICQ desde que a Comissão foi implementada, em 2003